

NÍVEL DE CAPACITAÇÃO AUTORREFERIDA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA INTERVENÇÕES EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Pedro Paulo Pereira Braga

Universidade Estadual de Goiás – UEG

Moisés Gabriel Souza Silva

Faculdade de Inhumas – FacMais

João Batista Rodrigues Dutra

Universidade Estadual de Goiás – UEG

Renato André Sousa da Silva

Universidade Estadual de Goiás – UEG

Marcelo Galdino de Melo

Faculdade de Inhumas – FacMais

INTRODUÇÃO

Lesões acidentais são a principal causa de morte entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos no mundo (OMS, 2018). No Brasil, estima-se que cerca de 4.000 crianças com menos de 14 anos morram anualmente devido a traumatismos, e, em média, 117.000 sejam hospitalizadas no sistema de saúde pública pelo mesmo motivo (WAKSMAN e FREITAS, 2017). Considerando indivíduos com menos de 19 anos, o número de óbitos chega a aproximadamente

20.000 por ano. Devido a fatores cognitivos e fisiológicos, crianças e adolescentes são mais vulneráveis do que adultos (ORZEL, 1996), o que os torna mais suscetíveis a eventos traumáticos não intencionais. A adoção de medidas preventivas e a aplicação oportuna de primeiros socorros em situações de emergência podem reduzir problemas de saúde, diminuir o custo do tratamento e reduzir o risco de morte da vítima (EBEL et al., 2009; PATEL e SANDELL, 2013).

No Brasil, crianças e adolescentes passam até um terço do dia na escola. Como as escolas geralmente não contam com um profissional de saúde capacitado para realizar primeiros socorros, os professores costumam ser responsáveis pelo atendimento inicial de estudantes

vítimas de eventos traumáticos ou de mal súbito, frequentemente sem ter o treinamento adequado (VERÇOSA et al., 2021). Para enfrentar esse problema, foi sancionada, em 2018, a Lei Federal 13.722/18 (conhecida como Lei Lucas), que prevê o treinamento em primeiros socorros para professores e funcionários de escolas públicas e privadas da educação básica (BRASIL, 2018).

Apesar disso, ainda são poucos os estudos que analisam o nível de treinamento dos professores de educação física em primeiros socorros no Brasil, especialmente quando se considera o período de implementação da Lei Lucas. Dessa forma, buscamos analisar o nível de conhecimento autopercebido em primeiros socorros dos professores de educação física que atuam na educação básica, contribuindo para o entendimento do cenário atual da formação em primeiros socorros no Brasil.

METODOLOGIA

A população da pesquisa envolve professores de educação física que atuam na educação básica. Apenas aqueles que concluíram o curso superior de Licenciatura em Educação Física e que, no momento da pesquisa, estavam em exercício de suas funções docentes foram considerados elegíveis para participação. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário com perguntas fechadas e de múltipla escolha, a fim de avaliar o nível de formação e treinamento em primeiros socorros dos professores selecionados. O questionário foi disponibilizado aos participantes por meio de plataformas virtuais.

Todos os procedimentos adotados para o desenvolvimento deste trabalho estão em conformidade com as normas éticas para pesquisas com seres humanos e foram submetidos ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sendo aprovados sob o número de protocolo 5.100.068. Os participantes foram devidamente orientados sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi disponibilizado virtualmente antes da aplicação do questionário, permitindo aos participantes aceitar ou recusar a participação.

RESULTADOS

Participantes

Ao todo, 40 professores de educação física participaram da pesquisa. A idade mínima

foi de 22 anos e a máxima de 57 anos. A maioria dos respondentes declarou atuar predominantemente na rede pública de ensino e possuir pós-graduação lato sensu como o nível mais elevado de formação acadêmica. A maior parte dos docentes possui entre 1 e 5 anos de experiência na Educação Básica. A distribuição dos professores abrangeu todos os diferentes níveis da Educação Básica, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com uma pequena representação na Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 1 - Perfil sociodemográfico e profissional dos/as participantes.

Variáveis	Nº	%
Idade (anos)		
22 – 25	5	12,5%
26 – 30	5	12,5%
31 – 35	5	12,5%
36 – 40	4	10,0%
41 – 45	5	12,5%
46 – 50	11	27,5%
51 – 57	5	12,5%
Maior nível de educação		
Licenciatura	10	25,0%
Especialização	24	60,0%
Mestrado	5	12,5%
Doutorado	1	2,5%
Experiência profissional em anos		
Menos de 1	4	10,0%
1 – 5	15	37,5%
6 – 10	11	27,5%
Mais de 10	10	25,0%
Níveis escolares em que atua		
Educação Infantil	12	30,0%
Ensino Fundamental 1	19	47,5%
Ensino Fundamental 2	17	42,5%
Ensino Médio	11	27,5%
Educação de Jovens e Adultos	2	5,0%
Tipo de escola em que atua		
Pública	29	72,5%
Privada	11	27,5%

Fonte: Elaboração própria.

Situações de emergência testemunhadas

Os participantes foram questionados se já presenciaram situações de emergência

envolvendo envolvendo crianças e adolescentes em ambiente escolar. Do total, 90,0% relataram ter presenciado ao menos uma dessas situações. As emergências específicas e o número de docentes que as presenciaram estão listados no Quadro 2.

Quadro 2 – Situações de emergência testemunhadas pelos professores de educação física no contexto escolar.

Situações de emergência testemunhadas	Nº	%
Traumas ou acidentes		
Trauma por queda	30	75,0%
Acidente com objeto perfurocortante	7	17,5%
Sufocamento ou engasgamento	1	2,5%
Queimadura	0	0,0%
Insolação	6	15,0%
Acidente relacionado ao trânsito	6	15,0%
Ataque ou picada por algum animal	5	12,5%
Violência interpessoal	8	20,0%
Não especificado	4	10,0%
Nunca testemunhou	6	15,0%
Males súbitos		
Parada cardiorrespiratória	2	5,0%
Crise por insuficiência respiratória	5	12,5%
Crise alérgica	4	10,0%
Desmaio	9	22,5%
Tontura ou mal-estar	11	27,5%
Convulsão ou crise epiléptica	9	22,5%
Nunca testemunhou	4	10,0%

Fonte: Elaboração própria.

Paralelamente, os participantes também foram questionados sobre como se sentiram e reagiram ao identificar uma situação de emergência em escolares. Embora a maioria tenha tomado alguma medida, apenas 42,5% afirmaram sentir confiança ao aplicar procedimentos de primeiros socorros.

Quadro 3 – Reação dos professores de educação física às situações de emergência testemunhadas no contexto escolar.

Tipos de reação	Nº	%
Respostas emocionais		
Medo	6	15,0%
Pena ou dó	0	0,0%

Preocupação	20	50,0%
Tristeza	2	5,0%
Indiferença	0	0,0%
Confiante para ajudar	17	42,5%
Não especificado	3	7,5%
Nunca testemunhou	4	10,0%
Procedimentos adotados		
Tentou ajudar	29	72,5%
Se afastou	0	0,0%
Ignorou	0	0,0%
Procurou ajuda de outra pessoa próxima	4	10,0%
Chamou atendimento especializado	18	45,0%
Não especificado	4	10,0%
Nunca testemunhou	4	10,0%

Fonte: Elaboração própria.

Capacitação em primeiros socorros

Os docentes também foram indagados sobre a realização de cursos voltados para o manejo de emergências. Dos respondentes, 28 (70,0%) indicaram já ter participado de capacitações em primeiros socorros, seja durante a formação em licenciatura ou por meio de cursos especializados oferecidos por bombeiros ou profissionais de saúde.

Paralelamente, foi solicitado que avaliassem seu nível de preparo para atuar em situações de emergência com escolares, em uma escala de 1 a 5, onde 1 significava total inaptidão e 5, aptidão total. Apenas 14 professores (35,0%) se consideraram parcialmente ou plenamente capacitados (níveis 4 e 5), conforme ilustrado na figura.

Quadro 4 – Nível de preparo autorreferido para intervenção em situações de emergência envolvendo crianças e adolescentes no contexto escolar.

Escala	Nº	%
(1) Totalmente inapto	1	2,5%
(2) Parcialmente inapto	8	20,0%
(3) Pouco apto	17	42,5%
(4) Parcialmente apto	12	30,0%
(5) Totalmente apto	2	5,0%

Fonte: Elaboração própria.

Ao correlacionar o nível de aptidão autorreferida para lidar com emergências envolvendo

crianças e adolescentes no ambiente escolar com a participação em cursos de capacitação em primeiros socorros, observou-se uma relação curiosa: os indivíduos que não participaram de formações em primeiros socorros tendem a se considerar mais aptos, classificando-se nos níveis 3, 4 e 5 da escala, em comparação aos que realizaram cursos (83,3% versus 71,4%, respectivamente). Esses resultados sugerem que professores sem treinamento formal podem superestimar seu conhecimento e capacidade para agir em situações de emergência, o que potencialmente coloca os escolares em risco diante de condutas inadequadas em eventos adversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que os professores de educação física estão frequentemente expostos a situações de emergência envolvendo crianças e adolescentes no ambiente escolar, indicando a necessidade de estratégias de capacitação efetiva em primeiros socorros. Apesar da intervenção ocasional dos professores em tais situações, há uma lacuna evidente no nível de preparo autorreferido, com poucos profissionais se considerando plenamente aptos. A superestimação de habilidades por professores sem formação especializada é um fator de risco, uma vez que pode comprometer a segurança dos estudantes ao estabelecer condutas de intervenção inadequadas e/ou ineficazes. A implementação da Lei Lucas, embora relevante, continua a apresentar limitações em sua efetividade, mesmo após seis anos de vigência. A ausência de um processo sistematizado de treinamentos regulares e acompanhamento pode perpetuar a exposição dos estudantes a riscos em situações de emergência, reforçando a necessidade de revisão e fortalecimento das políticas de formação em primeiros socorros nas escolas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Lei Lucas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, col. 1, 04 out. 2018.
- EBEL, B. et al. Child injury around the world: A global research agenda for child injury prevention. **Injury Prevention**, v. 15, n. 3, p. 212, 2009.
- ORZEL, M. N. Injury minimization programme for schools. **Accident and Emergency Nursing**, v. 4, n. 3, p. 139–144, 1996.

PATEL, D.; SANDELL, J. Prevention of unintentional injury in children. **Paediatrics and Child Health (United Kingdom)**, v. 23, n. 9, p. 402–408, 2013.

VERÇOSA, R. et al. Knowledge of First-Aid Teachers at School. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 22, n. 1, p. 78–84, 2021.

WAKSMAN, R.; FREITAS, G. **Panorama da mortalidade por acidentes em crianças e adolescentes no Brasil**. In: SPSP, Sociedade de Pediatria de São Paulo. Boletim da Sociedade de pediatria de São Paulo. Ano 2, Nº 6, nov. 2017.